

Curso de Aperfeiçoamento
Brasil-Japão

Gestão Pública e Educação em uma Perspectiva
de Formação Multicultural do Programa Nacional
de Administração Pública

UNIDADE 1 - ARTIGO 1

ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS - UMA BREVE HISTÓRIA DO BRASIL

Vergilio Prado Sogabe - UFMT



UFMT
EM REDE

Cuiabá - MT
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Ministro da Educação

Abraham Weintraub

Presidente da CAPES

Anderson Ribeiro Correia

Diretor Nacional da UAB

Carlos Cezar Mordenel Lenuzza

Reitora UFMT

Myrian Thereza de Moura Serra

Vice-Reitor

Evandro Aparecido Soares da Silva

Secretário de Tecnologia Educacional

Alexandre Martins dos Anjos

Coordenador Geral do UFMT Em Rede

Alexandre Martins dos Anjos



Esta obra está licenciada com
uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS - UMA BREVE HISTÓRIA DO BRASIL

Vergilio Prado Sogabe

1. Introdução

A formação política e socioeconômica de um país é resultado da sucessão de fatos e eventos históricos. Nesse sentido, optou-se por adotar uma perspectiva histórica para entender a formação do Estado brasileiro em seus aspectos políticos e econômicos. Tais aspectos são interdependentes e se associam, também de forma interdependente, com os aspectos sociais e legais.

O objetivo deste texto é abordar, de forma sucinta, os principais eventos e fatos que formaram o Estado brasileiro do ponto de vista político e econômico. Essa abordagem procura estabelecer parâmetros básicos para uma discussão da formação multicultural brasileira como resultado da mistura de múltiplas raças, povos, culturas e etnias, que se estabeleceram no Brasil ao longo de mais de 500 anos (IBGE, 2007), assumindo o multiculturalismo, principalmente como consequência das migrações, muitas vezes desencadeadas por aspectos econômicos, políticos, sociais e legais (CHIAPPINI, 2002).

O multiculturalismo é o termo que possui uma diversidade de aplicações (MOREIRA, 2001). Aqui, vamos usá-lo para descrever a existência de muitas culturas em uma única região convivendo com mais ou menos harmonia e tolerância (CHIAPPINI, 2002; BARATTO, 2014). O multiculturalismo está presente em quase todos os países e situações onde não há o domínio de uma população étnico-nacional (BARATTO, 2014).

O Brasil, desde a sua colonização, foi marcado pela grande diversidade de etnias e povos que vieram a se instalar neste país que, em primeiro momento, era uma Colônia, depois se tornou um Império e, por fim, uma República que já passou por ditaduras e

diversos graus de democracia. Neste contexto, formou-se o Estado Moderno brasileiro, em que os indivíduos transcendem as suas particularidades culturais para serem cidadãos de uma nação, um povo com direitos e deveres garantidos e sustentados por uma instituição, dentro de um determinado território (D'ADESKY, 1997).

A intenção, portanto, deste trabalho, é tentar descrever o contexto político e socioeconômico em que se deu a formação da Nação brasileira. Não se pretende, neste texto, ser demasiado exaustivo ou detalhista, de forma a contemplar os pormenores dos acontecimentos. Tão pouco se pretende assumir um ou outro ponto de vista ideológico quanto à interpretação dos fatos, caso isso ocorra é por uma limitação, que como não pode deixar de ser, está ligada ao viés inerente do indivíduo (autor) que busca entender e ordenar uma infinidade de acontecimentos que resultaram na história de uma nação. Tais escolhas implicam em limitações em termos de profundidade, abrangência e discussão acerca dos temas abordados.

Para fins de organização, será adotada uma ordem cronológica, dividindo a história em 5 grandes momentos: Período Colonial; Império; Um breve relato da imigração para o Brasil; Proclamação da República e o século XIX; A Velha República: de 1889 a 1930; Estado Novo e o período de Ditadura Militar: de 1930 a 1985; por fim, Nova República: Redemocratização e Abertura Econômica de 1985 até os dias atuais.

2. Período Colonial

Durante o período colonial, o Brasil não era um país homogêneo e unificado como é hoje, com fronteiras definidas e habitantes que se consideram brasileiros. Naquela época, para manter o controle da colônia, Portugal adotou deliberadamente uma política de isolamento e independência entre as capitanias, que eram as unidades administrativas dos territórios brasileiros. Era proibida a comunicação entre as capitanias pelo sertão e havia uma lei para proibir a construção de estradas. Também era proibida a impressão de jornais e livros no Brasil (GOMES, 2007).

A economia brasileira era basicamente sustentada pela monocultura e mão de obra escrava. Em um primeiro momento, houve a exploração extrativista do Pau-Brasil em todo litoral brasileiro. No entanto, logo a monocultura da cana-de-açúcar, produzida principalmente na região Nordeste, tornou-se o principal produto brasileiro até o seu declínio, no final do século XVII, decorrente da concorrência do açúcar da América Central.

Entre 1500 e 1800, os principais povos que vieram ao Brasil foram os portugueses, então os principais colonizadores. Já os africanos de diversos povos foram escravizados e obrigados a vir trabalhar nas lavouras brasileiras. Vieram, ainda, os espanhóis, durante a dinastia filipina (1580 a 1640), período da União Ibérica em que o rei da Espanha era também rei de Portugal. Além desses povos, houve os holandeses, que dominavam a produção e refino da cana-de-açúcar, fundando algumas colônias no nordeste do país. Houve, ainda, em menor grau, a presença de franceses e ingleses no período colonial (GOMES, 2007; IBGE, 2007). Por fim, cabe a ressalva de que, além de todos esses povos que vieram ajudar na colonização do Brasil, estima-se uma população indígena que variava entre 1 e 6,8 milhões (IBGE, 2007). Toda essa diversidade de povos e culturas reflete na riqueza e multiplicidade cultural em toda a extensão do território brasileiro.

No início do século XVIII, iniciou-se o ciclo do ouro e das pedras preciosas, o que deslocou o eixo econômico da colônia para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Pouco antes da chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, o país possuía 3 milhões de habitantes, sendo que 1 em cada 3 habitantes era escravo. A população passou por uma explosão demográfica devido à descoberta de ouro e pedras preciosas, só de Portugal vieram entre 500 mil e 800 mil pessoas. Dois milhões de escravos foram trazidos da África para trabalhar nas minas e lavouras do Brasil. A população era analfabeta e carente de tudo, em 1818, apenas 2,5% dos homens livres de São Paulo eram alfabetizados, não havia médicos com curso regular de medicina e nenhum curso que pudesse formar esses médicos. O comércio era realizado por meio de escambo e pequenas quantidades de ouro em pó (GOMES, 2007).

Do ponto de vista econômico, cabe a ressalva de Furtado (2001) de que a colonização e exploração do Brasil foi concebida na mesma lógica do Império das Índias: um simples empreendimento comercial. Portanto, a evolução econômica influenciou a formação social, bem como a formação cultural. E, em um processo contínuo, essas duas últimas retroalimentaram a primeira, influenciando também a sua evolução.

Nesse sentido, é importante entender tanto a colonização como a formação histórica do colonizador, neste caso, Portugal.

Assim, temos a premissa de que o Brasil Colônia teve a sua estrutura socioeconômica concebida para exploração do território e seus recursos em um contexto mercantilista. O objetivo de Portugal era obter/explorar produtos e recursos que pudessem ser comercializados com as outras nações europeias e alavancar a sua economia. Não havia interesse em implantar aqui uma colonização de povoamento como a que existia no Estados Unidos. Logo, não havia intenção alguma de criar qualquer infraestrutura que pudesse servir para desenvolver a região, por exemplo, escolas, bancos etc. As únicas infraestruturas que eram desenvolvidas eram aquelas que pudessem facilitar a exploração e garantir o domínio português sobre a colônia.

Como já foi mencionado, era proibida a publicação de livros e jornais, isso porque Portugal temia a disseminação das ideias da independência americana e da Revolução Francesa no Brasil. Ainda como exemplos dessa tentativa de manter a colônia, pode-se citar a ordem de prisão e deportação de estrangeiros suspeitos de disseminar os ideais franceses e americanos, assim como a prisão de intelectuais que se reuniam para discutir sobre os acontecimentos políticos nos Estados Unidos e na França (GOMES, 2007).

Portugal tinha um modelo de administração pública fundamentada no Patrimonialismo Monárquico, em que o rei era dono de tudo, e seus bens pessoais não eram podiam ser distinguidos do que era público. Esse modelo, em vigor desde o século XVIII, era sustentado pelas riquezas geradas pelo comércio ultramarítimo explorado pelo monarca e por uma elite de funcionários públicos. Esses funcionários,

ao contrário do que pregava Weber, não eram escolhidos pela competência técnica. Pelo contrário, eram indicações do monarca que, em geral, escolhia os seus amigos de confiança da nobreza. Esse tipo de agrupamento foi denominado Estado Patrimonial do Estamento (JUNQUILHO, 2012).

Ou seja, trata-se de um grupo seletivo de privilegiados que ocupava a burocracia pública, partilhando do poder com o soberano. Esses, ao tomar posse do cargo público, apropriavam-se também de oportunidades econômicas, que exploravam em interesse próprio e do monarca (JUNQUILHO, 2012). A própria exploração da colônia era feita nesse modelo, em que o rei de Portugal outorgava o direito à exploração das capitâneas a um membro da nobreza, que deveria zelar pela manutenção das posses reais e o pagamento dos tributos à Coroa.

No entanto, em 1808, a estrutura política e socioeconômica do Brasil e de Portugal foi abalada por uma ação singular e sem precedentes. Em 29 de novembro de 1807, o príncipe regente Dom João VI, Rainha Dona Maria I e toda sua corte, o alto escalão do governo, além das pessoas mais ricas de Portugal fugiram da invasão francesa, sob a proteção da Marinha Real Britânica. A França era comandada por Napoleão Bonaparte, e os únicos adversários que haviam resistido às conquistas do imperador francês eram os britânicos, de quem Portugal era aliado (GOMES, 2007).

Com a chegada da corte portuguesa, o Brasil foi elevado de colônia para condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. A colônia precisava de estradas, escolas, tribunais, fábricas, bancos, moeda, comércio, imprensa, biblioteca, hospitais e comunicação. Tudo isso precisava ser feito com muita velocidade e, já na escala em Salvador, antes de chegar ao Rio de Janeiro, D. João começou a tomar as providências necessárias. Em primeiro lugar, realizou a abertura dos portos às nações amigas, pois, anteriormente, apenas navios portugueses tinham autorização para comercializar com o Brasil. Em seguida, foi instituída a liberdade de comércio e da indústria manufatureira no Brasil (GOMES, 2007).

Com isso, começaram a surgir fábricas mais diversas no Brasil. Foram abertas diversas estradas que facilitavam a exploração e o comércio no Brasil, além de realizadas expedições que estabeleceram novas cartas hidrográficas e integraram o Brasil que antes era um punhado de regiões isoladas e sem comunicação. Além disso, foi introduzido o ensino leigo e superior no Brasil. Já em setembro de 1808, começou a ser publicado o primeiro jornal do país. D. João VI também se ocupou de tentar organizar as cidades, baixando decretos sobre arquitetura. Ademais, também contratou uma missão artística francesa com a intenção de trazer algum refinamento e de criar uma academia de artes e ciências no Brasil. Infelizmente, isso nunca saiu do papel (GOMES, 2007).

Com a elevação do Brasil à condição de Reino e o decreto de que o Rio de Janeiro seria a nova sede do governo, D. João VI deu um sinal que assegurava os direitos do império português junto às nações europeias que negociavam as condições do Congresso de Viena, o qual decidiria o futuro da Europa. Em 13 anos da permanência da corte no Brasil, o país se transformou em uma nação continental, constituído por um povo com uma identidade nacional e cultural.

No entanto, é preciso lembrar que a corte portuguesa trouxe também para o Brasil o Estamento Patrimonialista, modelo social e administrativo que não prioriza o coletivo e o interesse comum. Muito pelo contrário, é movido por interesses particulares e mesquinhos. Esse modelo de governo deixou sequelas profundas que repercutem na sociedade, na política, na economia e até na cultura brasileira até os dias atuais (FURTADO, 2001; BORGES; CHADAREVIAN, 2012; JUNQUILHO, 2012).

Com o final das Guerras Napoleônicas, já em 1810, apenas 2 anos depois da partida de D. João VI, Portugal passou a exigir o retorno do rei e da corte. No entanto, D. João adiou como pôde esse retorno. Até que, em 26 de Abril de 1821, ele partiu para Portugal, deixando o Brasil aos cuidados do filho D. Pedro de Alcântara, então com apenas 22 anos, e uma recomendação que, se por acaso a independência do Brasil se consumasse, ela deveria ser realizada pelo próprio D. Pedro (GOMES, 2007).

E de fato foi isso o que ocorreu, após aproximadamente 1 ano e 6 meses do retorno de D. João VI. Dom Pedro I se viu às voltas com a ameaça eminente de uma guerra civil entre as províncias e uma nação falida, espoliada por Dom João IV antes do seu retorno. Com a ajuda da elite brasileira e impulsionado pela radicalidade e falta de sensibilidade política da corte portuguesa, em sete de setembro de 1822, Dom Pedro I proclamou a independência do Brasil.

3. Império

O Brasil era um país de dimensões continentais que tinha o desafio de se libertar de três séculos de dominação portuguesa. Apesar dos avanços promovidos por D. João, a situação da população brasileira ainda era precária. Dois de cada três brasileiros eram escravos, negros alforriados, mulatos, índios ou mestiços. O medo de uma revolta escrava era permanente entre a população branca. Noventa por cento da população era analfabeta, e os ricos, embora fossem muito ricos, eram ignorantes. Havia uma elite intelectual, proporcionalmente pequena para o tamanho da população, no entanto, esta estava dividida pelas convicções políticas. Entre outros grupos, havia monarquistas absolutistas e constitucionalistas, conservadores e liberais, republicanos e federalistas. Havia, ainda, muita incerteza sobre a manutenção da unidade territorial do Brasil quando Dom Pedro I proclamou a independência do Brasil (GOMES, 2010).

Economicamente, o Brasil nascia com uma dívida externa. Como D. João VI havia limpado os cofres do Banco do Brasil, mesmo antes da independência, D. Pedro I já se via às voltas com as dívidas e despesas maiores que a arrecadação do governo. Para poder comprar navios e contratar e pagar oficiais e soldados para se defender de Portugal, D. Pedro I solicitou empréstimos internacionais, dando início à dívida pública brasileira.

As dificuldades financeiras ocorreram em um período econômico conturbado para o Brasil. A cultura do açúcar estava em declínio desde o século XVII e a mineração de ouro e diamantes entrou em decadência em Minas Gerais. No Nordeste, as plantações estavam migrando do açúcar para o algodão, para ser exportado para a Inglaterra.

No Sudeste, a economia se deslocava de Minas Gerais para o Vale do Paraíba, para a produção de café, que iria se tornar a principal cultura brasileira até 1930 (GOMES, 2010).

Proclamada a independência em 1822, o governo imperial passou por um período conturbado para consolidar a autonomia política administrativa e integração do território brasileiro. Na verdade, a batalha pela autonomia começou antes mesmo do “grito de independência”, já em fevereiro de 1822, quando começou a guerra pela independência na Bahia. Ao contrário do que está enraizado no senso comum, milhares de brasileiros perderam as suas vidas nos combates que aconteceram, principalmente no Sul, e também no Norte/Nordeste. Uma das batalhas mais sangrentas da guerra da independência foi a batalha do Jenipapo. Os portugueses foram expulsos da Bahia apenas em julho de 1823 e Portugal só reconheceu a independência do Brasil em 1825. Além da guerra contra a metrópole, o império também enfrentou diversas rebeliões internas, como a Confederação do Equador e a Guerra na província da Cisplatina, que resultou na independência da província que hoje é o Uruguai (GOMES, 2010).

Os conflitos internos, a vida pessoal conturbada, a independência da Cisplatina e questão da sucessão do trono português abalaram a popularidade de Dom Pedro I. Cedendo à pressão e temendo uma revolta em abril de 1831, Dom Pedro I abdica do trono em favor de seu Filho Dom Pedro II, uma criança com 5 anos de idade. O futuro imperador e o Brasil ficam sob a tutela de um regente.

O Período Regencial se estendeu de 1831 até 1840. Foi marcado por um clima de excitação e liberdade política sem precedentes. Com reformas liberais e descentralizadoras, o poder foi transferido do governo central para as províncias por meio de reformas nas forças armadas, no judiciário e no legislativo, além da diminuição do poder do imperador. No entanto, a descentralização do poder foi sentida e, durante o período regencial, o Brasil enfrentou 20 revoltas (GOMES, 2013).

Essa fragilidade política evidenciou a imaturidade do sistema político brasileiro e a iminente ameaça de fragmentação da nação. Diante dessa situação, foi apresentado o processo de retorno (da monarquia), encabeçado por lideranças liberais. Este projeto

resultou na proposição da antecipação da maioria de D. Pedro II. Apresentado na câmara e no senado, o projeto foi derrotado mais de uma vez. Até que, em 1840, o regente Araújo Lima apresentou um manifesto pedindo a Dom Pedro II que aceitasse ser aclamado Imperador (GOMES, 2013).

Um adolescente de apenas 14 anos foi, então, coroado como Imperador do Brasil. Dom Pedro II assumiu o trono para realizar um dos governos mais duradouros na conturbada história brasileira, por 49 anos, entre 1840 e 1889. Dom Pedro II conseguiu consolidar a unidade do país, enfrentou as rebeliões internas e saiu vitorioso da Guerra do Paraguai. A escravidão foi abolida durante o seu reinado, apesar da falta de amparo ao recém libertos e esse ser um dos motivos de descontentamento da oligarquia do país. A constituição e os regulamentos básicos eram cumpridos, as eleições ocorriam com regularidade, em que pese haver a existência de um acordo de revezamento no poder. Havia um sistema judiciário em funcionamento que permitia o direito de defesa e um julgamento antes da condenação.

No final do período imperial, estima-se que o Brasil possuía 11 milhões de habitantes. Apenas 15% da população sabia ler e escrever o próprio nome e, entre negros e escravos, o analfabetismo era superior a 99%. Havia uma pessoa com curso superior para cada 1750 habitantes. As capitais brasileiras cresciam e se modernizavam rapidamente, apesar de ainda estarem muito aquém do necessário (GOMES, 2013). No campo econômico, a economia brasileira estava baseada na produção e exportação do café. Não havia um programa que visava à transferência e ao investimento para a diversificação da economia (PAIM, 2011).

Durante o segundo reinado, destacou-se, também, a figura de Irineu Evangelista de Sousa, Barão e, mais tarde, Visconde de Mauá, um empreendedor que advogava pela industrialização do Brasil. Mauá foi à falência em 1875, em boa parte pela dificuldade em encontrar financiamento junto ao império para as suas empreitadas. A sociedade brasileira era agrária, conservadora e patriarcal (GOMES, 2013).

O ciclo do café, nesse período, gerou uma migração interna da mão de obra escrava, entre o Nordeste e o Sudeste, que durou até a proclamação da lei Áurea. Além disso, em um segundo momento, ocorreu a chegada de centenas de milhares de imigrantes livres ao Brasil. Aqui, cabe fazer uma pequena interrupção dos fatos históricos do Brasil para destacar o processo migratório que se iniciou durante o 2º reinado e se estendeu por aproximadamente 100 anos.

4. Um breve relato da Imigração para o Brasil entre os séculos XIX e XX

Apesar de números crescentes, a colonização foi ainda abaixo do que seria ideal para as necessidades de um país continental como o Brasil. Para agravar ainda mais a situação, o modelo de atração de colonos livres para o Brasil era inadequado. O governo não tinha uma política para facilitar o acesso à terra. Ademais, as autoridades brasileiras faziam vista grossa para as propagandas enganosas de atração de colonos. Estes, em sua maioria, ao chegar ao Brasil, eram submetidos a uma condição de servidão e até mesmo de escravos brancos. Diante dos maus-tratos, ocorreram algumas rebeliões, além do que, é claro, de situações de fugas e denúncias que repercutiram, inclusive, na proibição da vinda de colonos para o Brasil (IBGE, 2007).

Em meados do século XIX, teve início a mudança do perfil dos imigrantes para o Brasil. Por um lado, houve a crescente pressão da Inglaterra, que tinha o domínio dos mares, para o fim do tráfico de escravos, com vistas a formar mercados consumidores para seus produtos manufaturados. Somava-se a isso, ainda, a dificuldade de capturar novos escravos na África. Ao mesmo passo que, por outro lado, a Europa passava por um período de transição demográfica por produzir um excedente populacional, o qual poderia ser transferido para as colônias no outro lado do Atlântico. Esse fenômeno já havia ocorrido nos Estados Unidos e agora começava a se repetir, principalmente em direção ao Brasil e à Argentina (LEVY, 1974). A Tabela 1 apresenta uma síntese da quantidade de imigrantes que vieram ao Brasil e sua evolução no período entre 1872 e 1972:

Tabela 1 - Brasil: Entrada de imigrantes, por período e principais nacionalidades, 1872-1972

Período	Portugal	Itália	Espanha	Japão	Alemanha	Rússia	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392		14.325		58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066		18.901	1.334	16.507	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293		17.084	41.416	65.816	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	861	13.848	14.906	62.580	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	27.432	25.902	39.288	84.531	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	58.284	75.801	7.171	214.710	846.647
1930-1939	102.743	22.170	12.746	99.222	27.497	3.844	64.546	332.768
1940-1949	45.604	15.819	4.702	2.828	6.807	1.486	36.839	114.085
1950-1959	241.579	91.931	94.693	33.593	16.643	798	103.831	583.587
1960-1969	74.129	12.414	28.397	25.092	5.659		51.896	197.587
1970-1972	3.073	804	949	695	1.050		9.017	15.558
1872-1972	1.662.180	1.622.491	716.052	248.007	223.517	110.243	768.399	5.351.378

Fonte: Levy (1974); Decol (2016)

Como se pode observar, entre 1872 e 1879, a metade dos imigrantes eram portugueses. Já no período seguinte, entre 1880 e 1889, dois terços dos imigrantes são de origem italiana e há um incremento de mais de 280% no número de imigrantes. Os números só retornam aos valores iniciais depois de 10 décadas. Os dados da tabela dão uma pequena amostra do quão intenso foi o processo migratório para o Brasil, tanto em números quanto na diversidade de nações.

Além das nações especificadas na tabela, cabe fazer a ressalva quanto a outras nações que contribuíram muito para a formação cultural do Brasil. A começar pela presença extraordinária dos judeus, que eram denominados cristãos novos, apelido controverso, como bem destacado em IBGE (2007 p. 14):

[...] novos cristãos posto que, desde 1497, haviam sido convertidos ao catolicismo por decreto de D. Manuel, o Venturoso. Se os cristãos novos do Brasil judaizavam ou não em segredo, eis um mistério difícil de resolver. Mas não deixa de ser curioso o fato de que chamavam de cristãos novos, em Portugal e no Brasil, descendentes de judeus convertidos havia três séculos”.

Os judeus migraram para o Brasil novamente em grande quantidade com a ascensão do nazismo e a eclosão da 2ª Guerra Mundial. Por fim, cabe destacar, também, os árabes que vieram para o Brasil já no final do século XIX e início do século XX. No caso

destes, predominaram os cristãos, divididos em ortodoxos e católicos, e uns poucos muçulmanos. A imigração desse povo foi dirigida para as cidades, principalmente para São Paulo. Dessa migração, resultaram os “mascates”, que se tornaram empresários de porte e, finalmente, políticos de peso (IBGE, 2007).

5. Proclamação da República e o século XIX

O final do século XVIII foi sacudido pela independência dos Estados Unidos em 1776, que criou a primeira democracia republicana da história moderna. Nesse novo modelo de governo, o poder não estava mais na figura de um rei ou imperador que clamava direitos soberanos e divinos para governar. O poder agora emanava da sociedade organizada, consciente do seu papel político, e tinha como lema “Todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido”. Esse novo regime serviu de inspiração para a Revolução Francesa, que proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo a qual todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos (GOMES, 2013).

Essas ideias se difundiram por todo o mundo em uma velocidade sem precedentes, graças às grandes inovações tecnológicas e científicas que ocorreram no século XIX. Entre elas, pode-se destacar, principalmente na comunicação e transporte: o telégrafo, o telefone, o motor a vapor, a máquina de escrever, o motor de combustão, entre outros.

Esses ideais já haviam chegado ao Brasil, neste sentido, é importante destacar que o próprio Imperador Dom Pedro II, homem culto e instruído, era um admirador do sistema de governo e dos ideais republicanos, o que é um paradoxo, já que ele era a personificação do poder absolutista. Os ideais republicanos foram fortemente acolhidos pela elite intelectual, pelos militares, e também pelos grupos da maçonaria (GOMES, 2013).

Apesar disso, há quem diga que a República foi proclamada mais pelo esgotamento da Monarquia do que pelo vigor dos ideais republicanos. As elites brasileiras ficaram

extremamente descontentes com a Lei Áurea que acabou com a escravidão no país. Pela elite patriarcal, a escravidão deveria durar mais alguns anos e, quando viesse a libertação, deveria prever uma indenização por parte do Estado. Além disso, havia um descontentamento geral nos quartéis após o final da Guerra do Paraguai. Os oficiais e soldados se consideravam injustiçados pelo governo do Império. A população pobre e civil assistiu inerte a queda do Império, que foi substituído por um novo regime. Nas décadas que se seguiram, a República foi permeada de golpes militares, ditaduras, intervenções e mudanças bruscas nas instituições, com alguns períodos breves de exercício de democracia, ou seja, o Brasil ainda precisa amadurecer como democracia (GOMES, 2013).

6. A Velha República: de 1889 a 1930

A República foi implantada no Brasil a partir de um golpe militar em 1889. Os militares governaram o Brasil por 5 anos. Durante 1 ano, o governo provisório foi dirigido por Deodoro da Fonseca, após esse período, ele foi eleito indiretamente, mas renunciou após 2 anos, quando também dissolveu o Congresso por divergências políticas. Entre as medidas adotadas por Floriano, podemos destacar duas situações com repercussões culturais muito fortes: a) - separação entre Estado e Igreja; b) - concessão de nacionalidade a todos os imigrantes residentes no Brasil (GOMES, 2013).

Pelo que rezava a Constituição, o sucessor de Deodoro da Fonseca, o então Marechal Floriano Peixoto, deveria convocar novas eleições. No entanto, Floriano Peixoto ignorou a Constituição, alegando que quem deveria convocar novas eleições era um presidente eleito diretamente e, como Deodoro fora eleito indiretamente, caberia a ele terminar o governo. Floriano Peixoto passou para a história com a alcunha de “Marechal de Ferro”. Centralizador e nacionalista, ele aproveitou o ambiente de instabilidade política para aumentar o seu poder e ficou conhecido como consolidador da República. Floriano enfrentou ferozmente todas as rebeliões cívicas e militares que surgiram durante os primeiros anos da República (GOMES, 2013).

O primeiro presidente civil foi Prudente de Moraes, responsável por fazer a transição do poder entre militares e civis. Durante o governo de Prudente de Moraes, os militares ainda permaneceram com muito poder político. Os militares só se afastaram do poder em decorrência do desgaste sofrido com a Guerra de Canudos e do assassinato do ministro da Guerra. Eles ainda retornaram ao poder durante o governo do marechal Hermes da Fonseca entre 1910 e 1914 (LEITE JÚNIOR, 2012).

O Presidente Campos Sales foi o segundo presidente civil e consolidou uma característica peculiar da política brasileira durante a República Oligárquica: a “Política dos Estados”, conhecida também como “Política dos Governadores” ou política do “café com leite”. Esse período se caracterizou pela permanência das elites no poder, com a marcante presença da elite Rural Patriarcal e a atuação marcante dos coronéis. Apesar do nome, tratava-se de um líder civil, comumente um fazendeiro, que dominava a política local por meio do voto de cabresto (LEITE JÚNIOR, 2012).

No campo econômico, foi um período dos mais atribulados, devido à instalação do trabalho assalariado na agricultura e a reinserção do Brasil na economia internacional (BORGES; CHADAREVIAN, 2012). Esse também foi o período em que ocorreu o maior incentivo à imigração de estrangeiros para atuar como trabalhadores no campo, como pôde ser observado na Tabela 1 (LEVY, 1974; IBGE, 2007; DECOL, 2016).

Houve incremento da industrialização por causa da Primeira Guerra Mundial, no entanto, como a oligarquia rural era muito forte e protegia os seus interesses em relação ao café, dificultava o processo de diversificação da economia. Assim, o café permaneceu como fonte de divisas econômicas, chegando a representar 80% da pauta exportadora brasileira. O café foi o principal produto do Brasil até a quebra da bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, e essa crise afetou profundamente a economia brasileira (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

7. Estado Novo e o Período de Ditadura Militar: de 1930 a 1985

Em 1930, a “Política dos Governadores” e a oligarquia rural já estavam desgastadas. O sinal marcante desse desgaste foi o rompimento do acordo de revezamento entre paulistas e mineiros. O ápice foi a eleição de Júlio Prestes, paulista, com o apoio de seu conterrâneo, presidente Washington Luís. A partir daí, o derrotado Getúlio Vargas deu início à Revolução de 1930, e conquistou muitos adeptos, uma vez que havia muito descontentamento com o modelo liberal-oligárquico da Velha República (LEITE JÚNIOR, 2012).

Vargas assumiu o poder, em um primeiro momento, por meio de um governo provisório que, em 1934, foi eleito de forma indireta até 1938. No entanto, em 1937, por meio de um golpe, o presidente provisório instaurou o Estado Novo, permanecendo no poder até outubro de 1945. Durante a era Vargas, teve início o processo de gestão burocrática no Brasil, rompendo-se, assim, o ciclo da Administração patriarcal, característico da época da colônia e da velha república.

Durante a era Vargas, vivemos um fortalecimento do nacionalismo e da criação de várias empresas estatais, com o objetivo de estabelecer uma infraestrutura básica (LEITE JÚNIOR, 2012). Foi o início de uma nova perspectiva para a industrialização e a substituição das prioridades rurais em favor do urbano, significando uma ruptura com as oligarquias rurais no poder central. No campo econômico, teve início processo induzido de industrialização por substituição de importações (BORGES; CHADAREVIAN, 2012). Os governadores passariam a ser indicados pelo presidente sob a denominação de interventores. O Congresso foi paralisado e a imprensa passou a ser censurada. Foi instalada uma soberania do poder executivo (LEITE JÚNIOR, 2012).

Getúlio Vargas adotou uma estratégia baseada no populismo, em que os acordos envolviam coronéis e industriais, além de políticas direcionadas aos trabalhadores. Essa presença junto aos trabalhadores gerou o movimento do Queremismo, ou “Queremos Getúlio”, que quase tornou possível a sua permanência no poder em 1945. Mas, sem o apoio das forças armadas, Vargas teve que sair do cargo (BORGES;

CHADAREVIAN, 2012).

Vargas deu início ao processo de modernização da gestão pública brasileira, abandonando o patrimonialismo em favor do modelo burocrático de gestão (JUNQUILHO, 2012). Note que estamos falando da burocracia como proposta por Weber. São adotados, neste modelo, os princípios técnicos universais à gestão pública. Foi criado o Conselho Federal do Serviço Público, que mais tarde se tornou o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, com a intenção de formar quadros profissionais competentes, pertencentes a carreiras específicas nas máquinas estatais (LEITE JÚNIOR, 2012).

O Governo de Eurico Gaspar Dutra, 1945 a 1950, deu continuidade à modernização econômica iniciada por Getúlio Vargas, por meio da institucionalização da política industrial no Brasil. Liberou as importações para reduzir a demanda de bens de capital e elaborou o plano SALTE, com o objetivo de canalizar os gastos públicos em Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (BORGES; CHADAREVIAN, 2012). Getúlio Vargas retornou à presidência entre 1951 e 1954, e tentou dar continuidade ao plano de desenvolvimento. No entanto, após uma tentativa de golpe em seu governo, ele se suicidou. Foi sucedido por 3 presidentes interinos que combateram a inflação, até a posse de Juscelino Kubitschek (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

Juscelino Kubitschek assumiu o poder em 1956, adotando o modelo proposto pela escola Cepalina, com o fomento da industrialização com financiamento externo e forte presença do setor público. Em decorrência disso, houve um crescimento econômico da ordem de 47,5%, com avanço da participação da indústria no PIB e o descontrole da inflação. Juscelino realizou a construção da cidade de Brasília, capital do Governo Federal, e lançou o seu famoso plano de metas de 50 anos em 5 (LEITE JÚNIOR, 2012).

Neste período, foi marcante a criação de diversas agências e empresas públicas para sustentar a política nacional desenvolvimentista, o que fortaleceu as ilhas burocráticas da Administração Pública (JUNQUILHO, 2012). Além do crescimento da dívida externa e descontrole da inflação, outra crítica foi a falta de uma política científica que servisse

de suporte para o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

Jânio Quadros sucedeu a Juscelino, no entanto, seu governo foi marcado pela instabilidade política e pelas recorrentes pressões militares que vinham acontecendo desde o golpe fracassado em 1954. Em meio a esse clima, Jânio Quadros renunciou, sendo sucedido pelo presidente João Goulart. Nos dois primeiros anos do governo, ainda sob o efeito do plano de metas de JK, o PIB teve crescimento de 8,6% e 6,6%. No entanto, a partir de 1963, apareceu a estagnação econômica, algo inédito até então, e a inflação, por sua vez, bateu recorde, chegando a 78,4%. Diante desse desempenho ruim e sob a acusação de ser comunista, João Goulart foi deposto e os militares assumiram o poder, instalando-se a ditadura que durou de 1964 a 1985 (LEITE JÚNIOR, 2012).

Nesta última fase democrática e durante a ditadura, ficou evidente a administração direcionada ao clientelismo, herança do patrimonialismo e, ao mesmo tempo vemos o desenvolvimento de novas práticas, como o insulamento burocrático, o universalismo de procedimentos e o corporativismo. Estas características fazem parte do modelo de Gestão Burocrático implantado por Vargas e mantido até 1985 pelos militares (JUNQUILHO, 2012).

Do ponto de vista econômico, Borges e Chadarevian (2012 p. 29) dividem o período da ditadura em 4 fases:

- Primeira de 1964/1967: fase marcada pela estagnação das atividades econômicas, grandes reformas institucionais e preparação para entrada da economia brasileira na economia mundial.
- Segunda de 1968/1973: fase conhecida como a do “Milagre Econômico”, tendo o país colhido os frutos dos ajustamentos anteriores, além da situação internacional apresentar um quadro animador.
- Terceira de 1974/1979: fase do recrudescimento da economia, com instabilidade na economia internacional, após o choque do petróleo, que atingiu o mundo em cheio. Foi nesse período que foi criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico com vistas a organizar a economia diante das dificuldades.

- Quarta de 1980/1984: fase assinalada, internamente, por recessão, inflação elevada, redução do investimento estatal; externamente, por um quadro desfavorável devido à elevação dos juros, ao segundo choque do petróleo e à instabilidade cambial.

A primeira fase ocorreu durante o Governo de Castelo Branco (1964-1967), que procurou organizar a economia brasileira para retomada do crescimento e projeção internacional. As reformas tributárias levaram a um aumento da arrecadação. O sistema financeiro foi desenvolvido segundo o modelo norte-americano (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

Entre 1968 e 1973, Arthur Costa e Silva esteve à frente da Presidência do Brasil, período mais duro da ditadura, quando ocorreu a promulgação do Ato Institucional nº 5 que permitiu a institucionalização da repressão. Ele fechou o Congresso e cassou os políticos. Por problemas de saúde, Costa e Silva teve que deixar a presidência do país, que ficou sob o controle de uma junta militar que governou o país até a posse de Emílio Garrastazu Médici. O presidente Médici deu continuidade ao regime linha dura que prendeu, torturou e assassinou os opositores do governo militar (LEITE JÚNIOR, 2012).

No campo econômico, esse foi o período do milagre econômico, onde o PIB cresceu a taxa média de 10,12% ao ano, com uma inflação de 19,93%, considerada por muitos satisfatória diante do crescimento da economia. O crescimento econômico, embora tenha melhorado a condição de vida das pessoas, favoreceu o crescimento da concentração de renda (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

Durante o período do milagre econômico, ocorreram importantes mudanças que reforçaram a modernização da gestão estatal por meio da separação entre Administração Indireta e a Direta. A Administração Indireta assumiu contornos de uma gestão paralela, mais flexível e autônoma, forte e profissionalizada. A Administração Direta, por sua vez, foi enfraquecida, tornando-se lenta e pouco profissionalizada (JUNQUILHO, 2012).

A terceira fase da ditadura foi marcada pela crise econômica desencadeada, em um primeiro momento, pelo ambiente externo, em decorrência da crise do petróleo, das pressões inflacionárias e da instabilidade cambial. Já no ambiente interno, houve

o desequilíbrio da estrutura produtiva, consequência do crescimento forçado pelos enormes investimentos públicos (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

Durante essa terceira fase, o presidente Ernesto Geisel (1974 -1979) enfrentou o esgotamento do milagre econômico, com o crescimento do PIB reduzido e o aumento da dívida pública. Nesse período, o Plano Nacional de Desenvolvimento II deu ênfase ao estabelecimento de uma indústria de base, para garantir a autonomia na produção dos insumos industriais. No final do seu mandato, Ernesto Geisel enviou ao Congresso a emenda constitucional que encerrava o Ato Institucional nº 5, um primeiro passo rumo à redemocratização (LEITE JÚNIOR, 2012).

João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente militar, governou o país entre os anos 1980 e 1985. Teve, de um lado, o agravamento da crise econômica e, pelo outro, a abertura política. A segunda crise do petróleo afetou diretamente a economia brasileira, cuja produção interna de petróleo não acompanhou a demanda. Além disso, o aumento da inflação nos países desenvolvidos elevou a taxa de juros e, como se sabe, o milagre brasileiro era extremamente dependente de recursos estrangeiros. Isso levou a economia a um estado de insolvência. Ao final do governo Figueiredo, a inflação brasileira era de mais de 200% ao ano (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

No campo político, a abertura se iniciou com a anistia para todos que tiveram os seus direitos políticos cassados durante a ditadura militar. Além disso, em 1982, foram realizadas as primeiras eleições diretas para governo de estado desde 1965. Por fim, em 1983, teve início a campanha das “Diretas Já” para a eleição do novo presidente. Desgastado e ressentido, o Presidente Figueiredo se recusou a passar a faixa presidencial para o vice-presidente, eleito, José Sarney, que estava substituindo o presidente eleito Tancredo Neves, que se encontrava hospitalizado. Com esse gesto que simbolizou a agonia do regime militar, 1985 foi o ano que marcou o fim da ditadura militar (LEITE JÚNIOR, 2012).

8. Nova República: Redemocratização e Abertura Econômica de 1985 até os dias atuais

A partir de 1985, inicia-se, no Brasil, o fortalecimento das bases do moderno Estado de Direito. Temos liberdade de expressão, democracia de massas, inclusão social e abertura econômica. Este conjunto de direitos nunca esteve ao alcance da população como um todo. Leite Júnior (2012 p. 53) destaca bem:

Neste processo, teve grande importância a promulgação da Constituição de 1988, as eleições diretas para todos os níveis de governo, a modernização do aparelho de Estado, a expansão das políticas públicas e a construção de uma rede de proteção social que atende ao universo da população carente.

A constituição cidadã, de 1988, como ficou conhecida, foi um grande avanço para o Brasil, tido como um país de 3º mundo e de enorme insegurança jurídica, econômica e social.

Como a proposta para realização de eleições diretas foi rejeitada pela câmara de deputados, em 1984, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, principal partido da oposição, lançou a candidatura de Tancredo Neves. Eleito em 15 de janeiro de 1985, tendo como vice José Sarney, Tancredo Neves adoeceu na véspera da posse e foi levado às pressas para o Hospital de Base de Brasília. Na esperança da melhora da saúde de Tancredo Neves, a posse foi adiada. Sarney só tomou posse em 15 de março. Tancredo Neves faleceu no dia 21 de abril de 1985, em decorrência de complicações cirúrgicas (JUNQUILHO, 2012).

Sarney permaneceu, então, como presidente, e seu maior desafio foi tentar controlar a inflação que ameaçava não só o crescimento econômico, mas toda a estabilidade econômica do Brasil. Em fevereiro de 1986, Sarney lançou o plano Cruzado, que previa um gatilho salarial e o congelamento de preços, uma tentativa de controlar a inflação e reestabelecer a ordem econômica. Apesar dos esforços inclusive voluntários da população, o plano fracassou (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

Novas tentativas foram realizadas com diversos outros planos: Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão. Todos os planos falharam e a inflação chegou ao patamar de hiperinflação, seguindo o descontrole das contas públicas e a elevação das taxas de juros. Foi em 1990, com a entrada de Fernando Collor de Mello, que se pôde perceber o verdadeiro descontrole inflacionário. Para superar essas dificuldades, foram propostas reformas monetárias, administrativas e fiscais. Além disso, ganhou força o processo de privatizações, novo congelamento de preços, adoção de câmbio flutuante e abertura comercial (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

Na euforia das promessas de modernização, foi lançado o Plano Collor, que alterou novamente a moeda do país, liberou o câmbio, congelou os preços e salários e, em uma medida muito polêmica, reteve os depósitos e aplicações que ultrapassavam U\$ 1000,00 (mil) dólares no câmbio do dia, por um prazo de 18 meses. Além dessas providências, foram tomadas uma série de medidas administrativas que conseguiram deixar a inflação adormecida por um curto período. Fernando Collor tentou ainda implantar o Plano Collor II, em fevereiro de 1992, no entanto, o plano fracassou em pouco tempo. Com o desgaste da relação do presidente com o Congresso e diversas denúncias de corrupção, em outubro de 1992, foi instaurado um processo de impeachment e, diante das pressões, Fernando Collor de Mello renunciou e deixou a presidência a cargo do vice-presidente Itamar Franco (LEITE JÚNIOR, 2012).

Itamar Franco assumiu a presidência e nomeou, em 1993, Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda. Dessa forma, teve início o processo de estabilização econômica que foi efetivado após a entrada em cena do Plano Real, a partir de 1994. Dado o sucesso desse plano, Fernando Henrique Cardoso (FHC) conquistou a eleição para presidente do Brasil naquele mesmo ano, vindo a tomar posse em 1995.

À frente da Presidência da República, FHC deu continuidade ao Plano Real e às reformas na Administração Pública. Muitas reformas e políticas desenvolvidas a partir do governo FHC foram ditadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, e também pelo Banco Mundial, que socorreram o Brasil com empréstimos para pagamento de dívidas e realização de investimentos necessários para o reaquecimento da economia

brasileira (BORGES; CHADAREVIAN, 2012).

FHC, com o auxílio de Bresser-Pereira, adotou a Administração Pública Gerencial como instrumento para redesenhar e modernizar o aparato de gestão pública, o que viria a garantir a eficiência, eficácia e a efetividade do serviço público e seus agentes. Como forma de modernizar a máquina pública, procurou distinguir as atividades exclusivas do Estado das não exclusivas. Dessa forma, aquelas que não são exclusivas passariam a ser gerenciadas por organizações privadas ou organizações sociais – OS, constituídas a partir do direito privado, o que permitiria maior agilidade e flexibilidade do serviço público (JUNQUILHO, 2012).

FHC foi reeleito e, durante o segundo mandato, deu procedimento às reformas e políticas de modernização e adequação à nova ordem econômica mundial. Entre as políticas adotadas, podemos destacar: a liberação do câmbio para o modelo flutuante e o sistema de metas de inflação regulado pelo Conselho Monetário Nacional. Como forma de garantir o ajuste das contas públicas, em 2000 foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, considerada um marco da gestão pública brasileira, que estabelecia limites para os gastos públicos e a responsabilização dos administradores públicos pelo não cumprimento da lei. Além disso, foi criado um programa de redistribuição de renda: o bolsa-escola (LEITE JÚNIOR, 2012).

Em 2001, uma série de fatores ameaçaram a estabilidade econômica brasileira: a crise sem precedentes na Argentina, importante parceira comercial brasileira, poderia desequilibrar as contas externas. O medo de um apagão elétrico, em 2001, devido à falta de chuvas, o que demandou um programa nacional de racionamento de energia. Em setembro de 2001, os atentados terroristas nos EUA mudaram o cenário político do mundo, o que afetou o ânimo dos grandes investidores internacionais, que poderiam vir a abandonar suas aplicações no Brasil (LEITE JÚNIOR, 2012).

Além de todos esses fatores externos, em 2001, as pesquisas indicavam, como possível sucessor de FHC, na época seu principal opositor, Luís Inácio Lula da Silva, de origem mais radical e de esquerda. O mercado se assustou, receando uma ruptura

nos programas e ajustes brasileiros, ocasionado o disparo do dólar e o aumento do risco Brasil. Lula foi eleito presidente e, ao contrário das expectativas, deu continuidade aos ajustes fiscais de FHC, assim como às políticas, principalmente econômicas (LEITE JÚNIOR, 2012).

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência, em 2002, em meio a um clima de incerteza. Desde o período de campanha, reafirmou, diversas vezes, que não iria realizar nenhuma mudança que pudesse colocar em risco a estabilidade econômica do país. Cumprindo essa promessa, o presidente montou uma equipe econômica que tinha a aprovação do mercado financeiro e de perfil mais gerencial. Deu continuidade não só às políticas econômicas, como também ampliou e aprimorou programas sociais como o Bolsa-Família. (LEITE JÚNIOR, 2012).

Na área da modernização da administração pública, instituiu, em 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – (GESPÚBLICA). O objetivo é: a) – Realizar a avaliação continuada das empresas públicas por meio de autoavaliação e do programa de qualidade no serviço público; e b) – Desburocratização por meio da simplificação de processos administrativos e a melhoria na gestão do atendimento direto ao cidadão. (JUNQUILHO, 2012).

A economia internacional foi extraordinariamente favorável ao governo Lula. O crescimento da demanda por alimentos e *commodities* minerais permitiu um crescimento de 254% no saldo da balança comercial. A estabilidade econômica aumentou o número e a oferta de empregos. Da mesma forma, a estabilidade proporcionou a queda na taxa de juros e o acúmulo de reservas para pagamento da dívida pública. Além disso, houve também uma maior consolidação da democracia com a participação da sociedade civil organizada (BORGES; CHADAREVIAN, 2012; LEITE JÚNIOR, 2012).

Reeleito, Lula enfrentou a maior crise econômica mundial, em 2008, desde a quebra da bolsa de valores em 1929. Essa crise fez cair a taxa de crescimento do PIB e elevou a taxa de juros. Esses contratempos atestam a maturidade da economia brasileira

para resistir aos choques internacionais. Durante o segundo mandato, Lula tentou recuperar o crescimento do PIB por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (LEITE JÚNIOR, 2012). Lula terminou o seu mandato com considerável aprovação nacional e internacional, conseguindo eleger como sua sucessora Dilma Rousseff.

Em 2010, Dilma Rousseff se tornou a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Com o desafio de combater a inflação, retomar o crescimento do PIB, manter e ampliar os programas sociais e, por fim, aumentar a qualidade e eficiência dos serviços públicos.

9. Considerações finais

A formação política e socioeconômica do Brasil, e sua cultura, são bem complexas, recebendo a influência, principalmente, dos colonizadores portugueses, com a contribuição de outros povos e nações que vieram a participar da formação do país.

Em um primeiro momento, e por um longo período, os colonizadores portugueses impuseram uma colonização agressiva com a escravidão e o extermínio da população indígena que vivia no Brasil. Durante o período colonial, o Brasil adotou o modelo de gestão Patrimonialista de Estamento suportado pela política econômica de exploração da colônia, dentro do contexto mercantilista, que não visava o desenvolvimento da colônia.

O seu desenvolvimento, ainda bem limitado, só ocorreu a partir da transferência da corte portuguesa para o Brasil. Em 13 anos, o Brasil foi elevado de colônia para Reino Unido de Portugal e foi estruturado para ser a capital de um império. No campo econômico, persistiu a dependência da monocultura com a migração do açúcar para o café, e o ciclo da exploração de ouro e pedras preciosas que continuou durante o Período Imperial e a República Velha. Neste período, os imigrantes que vieram para o Brasil são, basicamente, portugueses e escravos da África.

Com o retorno das cortes portuguesas, foi proclamada a independência do Brasil, e o novo Império manteve a mesma estrutura de governo patrimonialista e centralizador,

característicos da Monarquia. O país passou por um período de breve liberalismo e redução da centralização do poder durante o período regencial, no entanto, houve uma explosão de revoltas nas províncias, o que levou à antecipação da maioria de Dom Pedro II para assumir o governo do Brasil. Em 1889, com o desgaste da Guerra do Paraguai e do conflito com os militares, foi proclamada a República.

Todo período que compreendeu a chegada da corte portuguesa no Brasil, o Primeiro e Segundo Reinados, foi caracterizado pela manutenção do modelo de gestão patrimonialista de estamento português, suportado por uma elite agrária patriarcal. Esse modelo de gestão patrimonialista criou uma cultura de ineficiência, oportunismo e corrupção que influencia o Brasil até os dias atuais.

Os esforços do modelo burocrático, a partir de 1930, e depois da gestão gerencial, a partir da década de 1990, vão resultar na GESPÚBLICA (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização), que busca superar essa cultura arraigada, não só sobre a coisa pública, mas da própria sociedade brasileira.

No final do período imperial, tem início a migração de povos livres para trabalhar como mão-de-obra, em substituição aos escravos que foram libertos, com a proclamação da Lei Áurea. Esse foi o período mais intenso da migração de outros povos para o Brasil. No entanto, são marcantes os relatos de maus-tratos, os imigrantes eram aqui tratados como escravos. Além disso, não foi adotada uma política adequada de colonização, apenas de substituição da mão-de-obra escrava.

Após a Proclamação da República, pelos militares, que comandaram o primeiro período conhecido como República da Espada, teve início a República do “café com leite”, em que a oligarquia rural controlou o Brasil de forma hegemônica, guiada apenas pelos próprios interesses.

Com a revolução de 1930, teve início o período conhecido como Estado Novo, e a administração pública no Brasil passa pela primeira grande transformação desde o período colonial: a adoção do modelo burocrático de gestão.

Entre 1964 e 1985, o Brasil passa por um dos períodos mais difíceis de toda a sua história republicana com a ditadura militar. Houve grandes avanços na infraestrutura e na indústria de base do país, com o chamado “milagre econômico”. No entanto, as décadas de 1990 e 1980 foram consideradas décadas perdidas do ponto de vista econômico, em decorrência da inflação e outros problemas econômicos herdados do período de ditadura.

A partir de 1985, tiveram início as tentativas de implantar um novo modelo de gestão pública. Esse período, também, foi marcado também pelas tentativas de recuperação da economia brasileira por meio de diversos planos econômicos até o plano Real.

Com o sucesso do Plano Real, em 1993, o Brasil passou por um período de ajustes administrativos e econômicos muito severos. Apesar disso, a adoção de uma política econômica de austeridade e controle associado a um novo modelo de gestão gerencial permitiram ao país atingir a estabilidade econômica.

A partir de 2002, impulsionado pela economia internacional favorável, o Brasil atravessou um período de crescimento e projeção internacional, indicando a maturidade econômica e administrativa do país, mesmo durante a crise de 2008, a maior desde 1929.

No bojo desses acontecimentos históricos, repleto de dificuldades e contratempos, se deu a formação de uma sociedade diversa e plural, o que favoreceu os traços de multiculturais presentes na sociedade brasileira.

Referências

BARATTO, M. MULTICULTURALISMO E DIREITOS HUMANOS. **Conexão Política**, v. 3, n. 1, p. 5–17, 2014.

BORGES, F. T. DE M.; CHADAREVIAN, P. C. **Economia Brasileira**. 2 ed. Florianópolis: CAPES - UAB, 2012.

CHIAPPINI, L. Multiculturalismo e identidade nacional. **Fronteiras culturais: Brasil - Uruguai - Argentina**. Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002.

D'ADESKY, J. Pluralismo étnico e multiculturalismo. **Afro-Asia (UFBA)**, n. 19/20, p. 165–182, 1997.

DECOL, R. D. Uma história oculta : a imigração dos países da Europa do Centro-Leste para o Brasil. Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** p.1–12, 2016. Foz do Iguaçu: ABEP -Associação brasileira de estudos populacionais.

FURTADO, C. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais:** elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. Hucitec: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001.

GOMES, L. **1808:** Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 2a ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, L. **1822:** Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOMES, L. **1889:** Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. 1st ed. São Paulo: Globo, 2013.

IBGE. **Brasil:** 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da administração pública.** 2 ed. Florianópolis: CAPES - UAB, 2012.

LEITEJÚNIOR, A. D. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro.** Florianópolis: UFS, 2012.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, v. 8, p. 49–90, 1974.

MOREIRA, A. F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. set./out./nov./dez., p. 65–81, 2001.

PAIM, A. **História Econômica do Brasil:** leitura básica. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro – CDPB, 2011.



Esta obra está licenciada com
uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional